



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: ZÉ TURIN

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22-10-2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública semipresencial da Comissão de Administração Pública, do ano de 2020.

Presente o Vereador Fernando Holiday, presidindo esta audiência pública. Questiono se há mais algum Vereador na modalidade virtual? (Pausa). Por enquanto mais nenhum Vereador presente.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de São Paulo, em www.camara.sp.gov.br, no *link* audiências públicas, registro escrito.

Para esta audiência pública foram convidados o Frei David Santos, responsável pela Educafro e que participou das discussões de formulação da Lei de Cotas Raciais, no Município de São Paulo, e o Professor Paulo Cruz, também conhecido por seus posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais. Infelizmente o Professor Paulo Cruz teve de se ausentar, não pode estar presente e o Frei David não confirmou a sua presença.

Neste caso então, procederei da seguinte forma: farei uma apresentação geral do projeto. A partir desta minha apresentação, como não teremos convidados, passarei a todos aqueles que se inscreverem.

Se ao longo da audiência pública tivermos algum Vereador inscrito, vamos intercalar a fala do Vereador com a fala do público. Todos aqueles que se inscreverem virtualmente ou presencialmente terão o tempo de três minutos para fazer a sua fala e consideração em relação ao projeto.

Vou pedir a todos que observem muito bem o tempo, porque quanto mais pessoas ultrapassarem o limite único menos pessoas conseguirão falar por causa do nosso prazo total da inscrição. Quem não se inscreveu pode se inscrever aqui no canto, no balcão, e chamarei pela ordem um a um.

Vou pedir para GCM liberar todos aqueles que quiserem participar da audiência pública até o limite máximo de cadeiras que temos aqui. Caso haja mais presentes do que cadeiras, passaremos a ocupar a galeria por causa do distanciamento social necessário. Mas

nesse caso peço a GCM que, por favor, libere os presentes.

Começo minha fala nesta noite deixando algo muito claro a todos os presentes e a todos que nos acompanham pela internet ou presencialmente. Primeiro, é óbvio que acredito na existência do racismo. É óbvio que o racismo precisa ser combatido em todas as suas formas, ele é intenso e presente em nossas vidas cotidianas.

Contudo, o processo legítimo de conquistar o nosso direito, não devemos ser culpados de ações de injustiça. Não vamos satisfazer a nossa sede de liberdade bebendo da xícara da amargura e do ódio. Sempre temos de conduzir a nossa luta num alto nível de dignidade e disciplina. Não devemos permitir que o nosso criativo protesto se degenere em violência física.

Novamente e novamente temos de subir às majestosas alturas da reunião da força física com a força da alma. Nossa nova e maravilhosa combatividade mostrou à comunidade negra que não devemos ter uma desconfiança para com todas e quaisquer pessoas brancas. Para muitos de nossos irmãos brancos que comprovam sua presença aqui hoje e estão aqui porque vieram entender que o destino deles é amarrado ao nosso destino. Eles vieram perceber que a liberdade deles é ligada indissolavelmente a nossa liberdade.

Nós não podemos caminhar só. Foi isso que disse Martin Luther King, em 1963, em Whashington, no seu discurso *I have a dream*. Mas é impressionante como o movimento negro, desde então, tem se distanciado constantemente dos ideais de Martin Luther King; é impressionante que os ideais de igualdade se transformaram, cada vez mais, numa defesa da desigualdade, do ódio, da amargura, da divisão e da segregação.

Os Estados Unidos, muito antes de nós, escolheram o caminho das ações afirmativas, das políticas destinadas especialmente à população negra, com o objetivo de resolver os conflitos raciais, de incluir a população negra, de diminuir o ódio e o preconceito. Mas será que é isso que aconteceu? Será que foram esses os resultados das cotas raciais nos Estados Unidos que, há muito mais tempo do que nós, experimenta esse modelo? Não é o que dirá Thomas Sowell, negro, norte-americano e economista; e não é o que dirá a realidade atual

dos Estados Unidos, como nós veremos agora em um vídeo que disponibilizei contendo alguns eventos recém-ocorridos na América.

- Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Essa é a realidade atual dos Estados Unidos: um movimento negro absolutamente violento, pregando cada vez mais a segregação, agredindo pessoas nas ruas e dentro dos estabelecimentos somente por serem brancos, ou somente por não aderirem ao movimento *Black Lives Matter*.

O mesmo aconteceu na Índia na década de 60, o mesmo aconteceu na Malásia na década de 70, o mesmo aconteceu na Nigéria desde a década de 80; e o mesmo aconteceu no Sri Lanka, desembocando em uma guerra civil, em 1983.

No Brasil, o argumento principal para a defesa das cotas raciais é a ideia de uma compensação histórica. Temos séculos de escravidão e por ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, é verdade. Tempos difíceis, até chegarmos em 13 de maio de 1988.

Contudo, alguns elementos precisam ser levados em consideração ao se defender o sistema de cotas. Florestan Fernandes escreveu um livro chamado *A inclusão do negro na sociedade de classes*, onde ele diz claramente que os ex-escravos perderam diversas oportunidades de emprego porque não estavam preparados, ao contrário dos imigrantes que tiveram a sua vinda incentivada no Império e na República e ocuparam grande parte das vagas de emprego. Portanto, o grande erro do Estado Brasileiro foi não ter dado educação aos ex-escravos.

Se tivessem sido preparados, diria Florestan Fernandes, que é, inclusive, reconhecido por ser um sociólogo de esquerda, fundador do PT, muito provavelmente a história dos negros no Brasil teria sido muito diferente.

Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre vão falar da miscigenação, de como brancos e negros foram se casando, tendo os seus filhos, ao longo de décadas no Brasil, e, portanto, diluindo a separação de raças entre os povos. Darcy Ribeiro dirá que desse cruzamento surgirá um povo conhecido pela *ninguendade*, porque não eram europeus, mas também não eram

africanos e nem indígenas, era o povo brasileiro.

Esse povo brasileiro que nasce desse cruzamento entre ex-escravos e imigrantes vai sofrer igualmente na pobreza, com a péssima educação pública, com a falta de qualidade na educação, com a falta de atendimento e saneamento básico nas favelas. E certamente as cotas raciais, dividindo negros e brancos na miséria, não colaboraram em absolutamente nada.

É óbvio que existe uma inclusão. Há mais negros nas universidades. Mas qual é a qualidade dessa inclusão? Se o problema do ensino básico estivesse sendo resolvido, independentemente da cor da pele, será que não teríamos uma inclusão de maior qualidade? Será que os negros presentes nas universidades ou formados hoje não teriam um maior respeito? Porque a grande questão é que essas pessoas estão entrando nas universidades principalmente por conta da cor da sua pele, e não pelo seu mérito. E poderiam, sim, alcançar o sucesso pelo seu mérito, se tivessem educação de qualidade. Repito: independentemente da sua cor. Mas, em vez disso, resolvemos selecionar parte das vagas a eles – no caso, nos concursos públicos aqui em São Paulo –, e mais do que isso: aprovados, essas pessoas têm que se submeter a um tribunal, a uma comissão, que, analisando a textura do seu cabelo, a grossura dos seus lábios e a cor dos seus olhos, vai dizer se aquela pessoa é negra ou não, se ela tem ou não tem o direito de ganhar o emprego. Quantas vezes esse mundo deu? Algumas décadas atrás, lutávamos para que não fôssemos julgados pela cor da nossa pele. E hoje, após uma vida inteira de racismo e sofrimento, quando nos candidatamos a uma vaga, por vontade própria, nos submetemos a um juiz que vai dizer se merecemos ou não um emprego por conta da cor da nossa pele. Isso não é avanço.

Apesar da decisão do STF, que considerou esse absurdo absolutamente inconstitucional, é válido lembrar que a constitucionalidade não é idêntica à obrigatoriedade. É por isso que em São Paulo eu apresento esse projeto que propõe a revogação de toda e qualquer tipo de cota racial nos concursos públicos municipais, para que a justiça seja feita, e para que uma inclusão de qualidade possa ser realmente discutida entre nós no município.

E finalizado, então, mais uma vez com ele, Martin Luther King, com o seguinte

trecho:

“Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.”

Eu tenho um sonho que um dia [...] os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

E quando isto acontecer, quando nós permitimos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho espiritual negro:

‘Livre, afinal; livre, afinal. Agradeço ao Deus Todo Poderoso; nós somos livres, afinal.’”

Vamos agora então aos inscritos. Começando, vamos intercalar com os que se inscreveram *on-line* – alguns até talvez estejam presencialmente - com os que se inscreveram presencialmente.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) - Pela ordem, Vereador Daniel Annenberg.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Enfim, eu gostaria de falar. Pode começar com uma pessoa inscrita, mas assim que for possível, eu também gostaria de tecer alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) - Perfeito, Vereador. Eu vou então começar com dois inscritos e passo para V.Exa. Pode ser?

O SR. DANIEL ANNENBERG – Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado. Então, a primeira inscrita é Maria Angélica Chagas Ferreira. (Pausa) Está presente *on-line* ou presencialmente? (Pausa)

Não está. Nesse caso, vamos às inscrições presenciais: Ricardo Alves Feitosa, Mensageiros da Profecia. Pode falar pelo tempo de até três minutos.

O SR. RICARDO ALVES FEITOSA – Boa noite a todos. Vou começar dizendo que nasci na periferia de São Paulo, num bairro chamado Jardim Aracati, que pertence à região do Jardim Ângela. No final dos anos 90, essa zona foi considerada a mais perigosa do mundo. Era o Parque Santo Antonio, Capão Redondo e Jardim Ângela.

Essa região é composta maciçamente por nordestinos, negros, brancos e muitas das famílias são compostas dessa mistura - eu não gosto da palavra raça -, dessas diferentes configurações humanas, diferentes cores, diferentes características. Essas famílias geraram filhos misturados, de forma que o Brasil é um país que não dá para você definir, de fato, quem paga pela herança do que aconteceu no passado.

A primeira vez que o assunto cotas apareceu para nós, Holiday, foi quando a gente foi cantar num evento da Prefeitura de Atibaia, e eu não sabia que existia essa discussão há mais ou menos dez anos. A discussão era dentro de uma igreja católica, e tinha uma moça da USP, uma moça negra, e ela apresentou esse assunto. A minha primeira impressão sobre o assunto, quando eu pude falar, foi: mas, calma aí, eu lembro da minha sala de aula, tinha branco, tinha todas as cores lá dentro. Por que só eu ou só alguém mais retinto pode receber essa cota? Por que não todo pobre? Ao questionar isso, ela falou: então você defende a cota social? E eu não sabia o que era cota social nem cota racial. Então, falei: é isso que eu defendo. Depois conversando com essa moça, após o debate, percebi que ela tinha vindo de família rica, ela era uma mulher negra, mas uma mulher rica. Aí eu falo assim: calma aí, se a cota é para beneficiar negros ricos, então não faz sentido algum. Se uma família pobre não puder colocar o seu filho lá, que sentido tem? Então, assim: por que eu não quero cota? Porque eu sou igual. Por que eu não quero uma cota específica para a minha cor? Porque eu sou igual, porque eu sofri igual ao meu semelhante. Entendeu?

Digo mais, quando começamos nesse assunto a ser diferentes da maioria dos outros rappers, e falar: “não, isso está errado, a periferia é uma só”, vieram diversos ataques da

própria comunidade, do próprio Movimento Negro contra nós, eles não distinguiram a gente pela cor da pele, não teve axé pra nós. Então, é assim: a irmandade acaba no momento em que a ideologia entra.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado ao Ricardo. Arlindo Felipe Júnior, Negritude Socialista, pelo tempo de até três minutos.

O SR. ARLINDO FELIPE JÚNIOR – Boa noite ao presidente desta audiência pública, Vereador Fernando Holiday, na pessoa de quem cumprimento todas autoridades virtuais e presentes. (Ininteligível) aos meus ancestrais, aqueles que pavimentaram o caminho antes de eu chegar. Boa noite a todos. Salve, família da quebrada.

O Fernando Holiday fez sua explanação e sua fundamentação, trouxe referência dos Estados Unidos, eu vou trazer uma referência nossa, do Brasil, chamado Luiz Gama. Ele disse assim: “Não importa qual situação o escravo assassina o seu senhor, ele faz em legítima defesa.” (Palmas) Então a minha referência é do maior rábula do Brasil.

Vou começar minha fundamentação e argumentação dizendo por que eu sou contra, como representante da quebrada, nascido na favela, criado na periferia, mas uma pessoa que milita na questão social e por equidade social.

O PL tem uma justificativa que fala um pouco das cotas, depois - abre aspas: “Tal política é racista”. Racismo constitui uma prática em que se dá a alguém determinados privilégios ou se nega a alguém certos direitos em função de sua cor de pele ou origem racial” – fecha aspas.

Racismo é crime. Por mais que o Vereador ou quem seja contra queira dar alguma definição, uma interpretação hermenêutica, nós temos que recorrer à lei, à Carta Maior, que é a Constituição. Lá, no seu 42º Artigo, diz: “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei”. Então racismo é crime.

Para quem não é do Direito, crime quer dizer o seguinte, Vereador Holiday: fato típico antijurídico e culpável. Então não tem como ter uma fundamentação que é errada desse

PL 019. Isso quer dizer o seguinte, no mundo jurídico: que é a tese da raiz eivada. Ou seja, se a árvore é podre o fruto também o é. Por aqui a gente já pode jogar uma pá de cal nesse PL, porque a base dele é infundada.

O Vereador citou em alguns trechos de seu PL, até entrevista, o Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Fernando Holiday, igualdade, o que está dizendo aqui, quer dizer o seguinte: mesmo você sendo Vereador e eu sendo um cidadão comum, todos nós temos de nos render à Constituição. Isso é o que quer dizer igualdade, então não é a sua definição do que é ou não racismo.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ARLINDO FELIPE JÚNIOR – Eu já vou terminar. É muito importante, Vereador.

Então não é a sua definição ideológica que diz o que é ou não o racismo. Isso é o que quer dizer igualdade, que tanto você, vereador que foi eleito legitimamente, e eu, cidadão comum, temos de nos render à Constituição, à lei.

Já vou terminar, já vou terminar, tem só mais dois itens. Por favor, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Mas o senhor já passou um minuto.

O SR. ARLINDO FELIPE JÚNIOR – A Constituição Federal, quando tem uma anomalia na sociedade, é a ela que a gente recorre. Ela tem 250 artigos. Lógico que não dá para contemplar todas as atividades de uma sociedade com 210 milhões de habitantes. Agora, o STF, em 2014, já pacificou isso daí e na ADPF 186 ele diz: “A Corte fixou um novo precedente e considerou as cotas constitucionais”, então esse PL fere o princípio constitucional.

Para terminar, Vereador, a Lei 12.288, mais conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, no seu Art. 39 diz: O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de

oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e em incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ARLINDO FELIPE JÚNIOR – Eu agradeço demais para defender a periferia, defender algo que é constitucional e para dizer o seguinte: na periferia nós temos um jargão que diz: o mal do urubu é achar que o boi está morto.

Rasteira de saci é voadora, Vereador, nós vamos vencer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado.

Tem a palavra o Vereador Daniel Annenberg. Por favor.

O SR. DANIEL ANNEBERG – Boa noite, Sr. Presidente da audiência pública, boa noite a todos e a todas. É um grande prazer estar aqui. Eu queria trazer alguns pontos que me parecem importantes.

Primeiro, o Brasil e a cidade de São Paulo ainda são profundamente desiguais. Inclusive, de acordo com estudos do IBGE, desigualdades sociais por cor ou raça, negros e negras representam 56% da população brasileira. Mas estão em desvantagem no mercado de trabalho, com baixa representação em cargos de liderança, na renda, nas condições de moradia, na escolaridade, no acesso a bens e serviços. Também estão mais sujeitos à violência, como temos visto nas manchetes todos os dias nos jornais.

A renda média do brasileiro branco, seja ele trabalhador formal ou informal, é de algo em torno de R\$ 2.800,00, entre pretos e pardos é de R\$ 1.600,00, segundo dados de 2018.

Em São Paulo, a população negra e parda tem 60% mais chances de pegar o coronavírus do que a população branca. A desigualdade racial, no serviço público paulistano, é visível. Embora a implementação da Lei de Cotas tenha garantido ingresso de mais pessoas negras na Administração Pública, ainda há muita baixa presença nos cargos mais altos e de maior remuneração, os concursados ou comissionados.

Em 2020, dentre os quase 117 mil servidores públicos ativos, na Prefeitura de São Paulo, apenas 28% se autodeclararam negros, 19% pardos e 7% negros, enquanto 60% se autodeclararam brancos.

Nós queremos uma Cidade em que todas e todos sejam iguais. Mas como esses dados demonstram, ainda estamos muito longe disso. A persistente desigualdade racial no Brasil é resultado de anos de violência e discriminação contra pessoas negras.

Nesse contexto desigual, não faz sentido falar em meritocracia. Como podemos ignorar que em condições desiguais de acesso à escolaridade, por exemplo, afeta negativamente as chances de trajetória profissional de pessoas negras? Ignorar a desigualdade racial, significa contribuir para que ela se perpetue. É inegável que pessoas brancas têm mais acesso a direitos e oportunidades.

— Não podemos nos omitir, precisamos mudar esse cenário. Para mudar esse cenário, é necessário compreender a diferença em que podemos chamar de tratamento desigual, cujos efeitos são negativos e positivos.

No primeiro caso, mesmo que todos os cidadãos e cidadãs tenham igualmente os mesmos direitos, por algum motivo, como, por exemplo, cor da pele, alguns deles são tratados de forma desigual e impedidos de acessá-los. Nesse caso, o efeito é a geração de desigualdade como vemos.

No segundo caso, indivíduos são tratados de forma desigual para garantir que acessem seus direitos. Nesse caso, o efeito é positivo, pois o tratamento desigual de desiguais, provoca igualdade como demonstra a política de cotas.

Ainda também em relação à dimensão jurídica, o STF já decidiu que as políticas de cotas são constitucionais, pois representam meio legítimo para promover igualdade. Além de medida legítima, as cotas para o ingresso no serviço público cumprem outro importante papel.

Se a gente quer elaborar políticas públicas que sejam inclusivas, precisamos que a população, em sua diversidade esteja mais bem representada nos espaços em que essas políticas são formuladas, aplicadas e avaliadas.

Por tudo isso, sou totalmente favorável à política de cotas e contrário ao projeto de lei apresentado por V.Exa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado, Vereador Daniel Annenberg.

Agora, mais uma vez, passamos à inscrição *on-line* da Sra. Maria Glica Bezerra, participante da CEI Jardim Silva Teles. (Pausa) Não está presente.

Vamos à inscrição presencial da Sra. Claudia Rodrigues, do Movimento Social UBM.

A SRA. CLAUDIA RODRIGUES – Boa noite a todas e a todos os que estão aqui, no plenário. Boa noite, também, para quem está em casa.

Vereador, com todo o nosso respeito, eu gostaria de começar pelo fim da sua fala. Eu ando de mãos dadas aos brancos democratas, que defendem a democracia e que fazem a luta antirracista do nosso País. Nós precisamos, sim, convocar a branquitude para nos ajudar a fazer essa luta.

Eu sou Claudia Rodrigues. Sou Presidenta da União Brasileira de Mulheres da cidade de São Paulo. Sou mãe, negra. Nasci na periferia. Eu me formei aos 34 anos de idade, Ricardo, e só fui fazer educação física porque gosto muito de jogar futebol e o meu marido me incentivou muito, depois que a minha filha estava com quatro anos.

Você tem razão. Nas nossas escolas, na periferia, nós temos os nossos companheiros brancos, os nossos amigos brancos, as nossas vizinhas brancas, que nos socorrem quando não há o arroz na panela, mas, até aí, nós temos a diferença. Dentro da igualdade, Ricardo, ainda se tem a diferença entre si.

Eu tinha oito anos de idade e a minha vizinha branca Simone também tinha oito anos. Ela tinha uma família, uma casa em que não pagava aluguel. A minha família pagava aluguel. Chovia dentro da minha casa. Nós dormíamos com um saco em cima. Na década de 1980 para 1990, nós passamos fome. O meu café da manhã, Ricardo, era o Ki-Suco. Depois, pesquise, para você saber o que é que é isso. E não era gostoso. Sabe por que, Ricardo?

Porque o meu pai foi jogado a ser faxineiro – e não é que eu não podia.

Aí, eu quero discutir meritocracia, Vereador, porque meritocracia é chegar aos 32 anos de idade e nunca ter tido uma carteira profissional assinada. Eu trabalho desde os oito anos. Tenho 27 anos de contribuição e, por conta dessa meritocracia, talvez eu nem me aposente aos 55 – e eu já estou com 49. Meu quadril já inflama. Minhas costas já doem, porque eu seguro o rojão para comer desde os oito anos. Isso não é pedir meritocracia.

Quero falar da discussão do antirracismo na vida real das pessoas, não nos jargões das legislações ou em números soltos. Quero falar daquilo que me bateu, do meu irmão que caiu na ponta da arma da polícia, da minha irmã que se suicidou porque não aguentou o rojão de ter tido um irmão que se entregou para aquilo que não devia.

Então, nós precisamos, Ricardo, entender quem somos. O Vereador acha que está com o pé na cozinha, mas não chegou nem ao quintal, porque essa turma que diz que nós estamos correndo atrás de meritocracia não permite nem que comamos o arroz, que custa 40 reais. Sabem o que é para uma casa que tem seis ou sete crianças um arroz custar 40 reais, um botijão de gás custar 80 ou 90 reais, a inscrição para a universidade custar 125 reais? Vocês conseguem entender do que nós estamos falando?

Então, defender cota para entrar na universidade é justo. É justo que a minha filha tenha entrado na universidade pública com 17 anos, antes de completar 18. Isso é que é bonito de virmos aqui dizer, e não passar o relatório de quem começou a trabalhar aos oito anos de idade.

Fiz questão de vir falar daqui porque eu acho que esta Casa tem de nos servir. A audiência tem de discutir espaço de creche. É isso o que temos de fazer, e não retirar direitos. Devemos buscar mais direitos.

Vereador, gostaria de dizer, por último, que eu componho uma bancada feminista. Sou feminista, comunista, trabalhadora desde os oito anos de idade. Está aqui, para não dizer que eu trouxe papel furado, porque o Vereador costuma dizer que comunista é tudo vagabundo. Não, tenho vários amigos que têm este “gibizinho”, aqui, carimbado – e que o

Vereador talvez nunca tenha tido. Nós vamos ocupar esta tribuna com mulheres negras, feministas, trabalhadoras e de luta para que possamos barrar esse tipo de absurdo nesta Casa.

Obrigada! Desculpa por ter estendido o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado, Claudia. Inscrição *on-line* de João Vitor Belisário. (Pausa) Ausente. Inscrição presencial de Hector Batista.

O SR. HECTOR BATISTA - Boa noite a todos os presentes nesta Casa e também às pessoas que estão nos assistindo *on-line*, acompanhando esta audiência. Sou Presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas, uma entidade que representa os estudantes desde o ensino básico até o ensino médio e cursinhos pré-vestibulares.

Hoje, é com muita indignação que venho fazer esta fala. Em meio a uma pandemia, onde a desigualdade social aumenta cada dia mais, a cada dia os jovens negros, que já sofriam com essa desigualdade na sua quebrada, também sofrem com a falta de oportunidade nas escolas, com a falta de saneamento. Hoje, veem sua vida e seu futuro jogados em risco por causa de um projeto de lei como esse, que o Sr. Vereador apresenta nesta Casa.

Nós somos jovens que queremos ingressar nas universidades. Somos jovens que queremos mais qualidade de vida, mais educação. É isso que nós deveríamos estar discutindo neste momento. Somos jovens que queremos ingressar no mercado de trabalho através de concurso público, para que consigamos ter mais oportunidades, para que consigamos dar uma vida melhor às nossas famílias e também ter um futuro melhor.

E quando falam que vão extinguir as cotas raciais para os concursos públicos na cidade de São Paulo, estão falando que vão as oportunidades, vão acabar com o futuro dos nossos jovens e de muitas famílias.

Esse projeto é uma total falácia, um projeto destruição. É um projeto que quer deixar o povo negro cada vez mais pobre. Muito engraçado quando falam, de fato, que saímos de diversas quebradas dentro da escola, dentro de diversos espaços. Convivemos com pessoas brancas, com nossos camaradas brancos, mas existe uma questão: é que nosso

camarada branco, muitas das vezes, está andando na rua tranquilamente, não é parado pela polícia, não sofre repressão policial.

De fato, vamos entrar no mercado e vamos ser perseguidos. Isso faz parte do que é o racismo dentro da nossa sociedade. É esse tipo de atitude que temos de combater e não acabar com uma das possibilidades que temos de ingressar no mercado de trabalho, de colocar cada vez mais o povo negro dentro dos espaços para ocupar um lugar que, por direito, é dele.

Por isso os estudantes secundaristas são contra esse projeto de lei apresentado, hoje, aqui nesta Casa.

Era que eu tinha a dizer. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) - Obrigado, Hector. Inscrição *on-line* de Cristian Silva de Melo. (Pausa) Ausente. Inscrição presencial de Sr. Everton Carvalho, do Educafro.

O SR. EVERTON CARVALHO - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de cumprimentar todos os presentes, as autoridades. Sr. Presidente, uma questão de ordem. Gostaria, se possível, que o meu tempo não fosse ainda contabilizado, porque vou fazer uma pergunta ao Vereador, e eu gostaria que respondesse antes de eu iniciar minha explanação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) - O tempo do senhor já está sendo contabilizado.

O SR. EVERTON CARVALHO – Vereador, por que o senhor não aceitou o meu desafio, já que o senhor convidou um *rapper* para debater cotas raciais aqui?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) - Qual o nome do senhor?

O SR. EVERTON CARVALHO – Não interessa para você, quero que responda a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Mas se eu não sei quem você é, como eu aceitaria um desafio?

O SR. EVERTON CARVALHO – Responde minha pergunta, você não precisa

saber quem eu sou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Veja bem, se eu não sei quem você é, eu não sei quais são suas redes sociais, não sei de onde você vem, não sei nem porque você me desafiou.

O SR. EVERTON CARVALHO – Você quer que eu coloque o *print* aí?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Seu tempo está contando.

O SR. EVERTON CARVALHO – Então, vamos lá, vocês viram que ele correu, vamos lá, meu nome é Everton Carvalho, eu sou advogado ativista, sou empresário, não faço parte do PT, do PC do B, do PSOL, de nada disso. Sou capitalista, ando de carro esportivo, sou empresário e gero emprego, disso você não vai poder me chamar, de petralha, então agora o bagulho vai ficar louco.

Você citou os EUA, citou vários países aí, mas eu não vi você citando o Brasil, você mostra um vídeo de manifestações que são oriundas de uma violência policial nos EUA, falando como se aquilo fosse oriundo das políticas de cotas? Não faz nenhum sentido, daí você fala sobre meritocracia, só que você esqueceu de dizer que existe um livro chamado: *Meritocracia, Justo e Injusta*, do Michael Sandel, que recomento que você leia, que fala que existe a meritocracia justa e a injusta. A meritocracia injusta é aquela que o homem branco nasce rico, privilegiado, num lugar muito bacana, e ele acha que eu vou ter, eu negro periférico, que estudei a minha vida inteira em colégio público, com uma educação precária, as mesmas qualidades de disputar de igual para igual com ele. É engraçado, Holiday, que você fala de meritocracia, aí sou obrigado a falar o seguinte: a meritocracia pressupõe que a pessoa deve ter capacidade técnica, deve se esforçar, correto, estou errado? Não. Acho que você concorda comigo nisso. E eu pergunto para você, você fala tanto de capacidade técnica, que tem de se esforçar, de se preparar, que o melhor deve vencer, que esse é o princípio da meritocracia. Aí eu pergunto para você? Você não tem curso superior, você não sabe nem falar, e aí você acha que você tem capacidade técnica para quê? Vamos lá, a constitucionalidade da lei de cotas.

Bom, eu estava debatendo com seus amigos brancos ali, porque você só tem

amigo branco, e aí eu entrei numa brisa do seguinte: o STF já considerou a lei de cotas, tanto no serviço público Federal quanto nas universidades, constitucional. É engraçado como vocês do MBL e vocês que são meios reacionários, vocês só respeitam leis e decisões do STF quando beneficia vocês. Agora, quando vai beneficiar preto, pobre e periférico, vocês gritam, esbravejam, é impressionante isso daí.

Você fala da comissão de identificação, a comissão que você vê se a pessoa é preta ou não, óbvio, seus amigos brancos estão fraudando cotas e tomando o lugar dos meus irmãos pretos. Caramba, não tem como, né. O cara fundamenta o projeto de lei dele no princípio da igualdade, artigo 5º, só que, como eu falei, você não tem capacidade técnica o suficiente para entender o que é a interpretação de hermenêutica jurídica. O artigo 3º, da Constituição Federal, fala: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, inciso 3º: erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais.” E é através disso que as políticas de cotas se baseiam. Isso é equidade. Acho que você nem sabe o que é isso, né. Analfabeto funcional. Temos aqui um exemplo, o cara lê a lei, não entende nada, e fala um monte de groselha, você não entendeu, mano, você percebe?

Outra coisa, a sua lei já é inconstitucional de pleno direito. Se nós já temos um julgado do STF dizendo que é constitucional lei de cotas no serviço público, eu vou entrar com mandado de segurança, se essa lei for aprovada, e ela vai derrubar através de medida liminar. Resultado das políticas de cotas, eu sou empresário, irmão, sou advogado, sou cotista, fui cotista, sou MC de batalha, sou rapper, irmão. Eu hoje cuido da minha família, eu ando de carro importado,...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. EVERTON CARVALHO – ...esportivo, eu tenho um apartamentinho no centro onde eu moro. E aí você vem dizer que as políticas de cotas não tem resultado? Eu saí de uma quebrada onde eu não tinha nada e você vem dizer que isso não é resultado? É resultado para quem? Só quando beneficia os seus amigos brancos? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Para concluir.

O SR. EVERTON CARVALHO – Concluir o quê? Você não quer debater comigo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Seu tempo já passou.

O SR. EVERTON CARVALHO – Ah! ah! ah! Dívida histórica, aí ele vem e fala de dívida histórica, esse argumento já está batido, irmão, ninguém mais fala em dívida histórica, a gente está falando de dívida real. Os pretos compõem 75% segundo o IPEA e IBGE dos índices de pobreza desse país. Você falar que já foi erradicado e reparado historicamente é você negar que nós, irmão, eu falo de você porque você é preto, mas você acha que você é branco. Quando eu falo nós, é porque a gente é mais (palavras ininteligíveis). Eu termino a minha fala agora com o seguinte.

Esse cara fala que é rapper, né, dívida histórica, então é o seguinte: 1888, enganação, ano da assinatura da falsa abolição. Vocês estão livres, mas não tem para onde ir, lhes dou pão e água e vocês ficam por aqui, excluídos do mercado de trabalho todo preto, é a favelização, é a formação de todo o gueto, subúrbios e favelas são formas de resistência. Capão Redondo, zona Leste e o Morro da Providência. Navio negreiro veio carregando sangue e medo. Alforria veio carregando muito desemprego. Preto não precisa de cota? Espera. Há algo errado. Como nós vamos ser iguais se nós estamos há séculos atrasados? Cota para preto sempre existiu, com toda franqueza, na taxa de mortalidade e no índice de pobreza. Negar que existe racismo, hipocrisia...

- Microfone cortado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Muito obrigado.

O senhor já passou o dobro do seu tempo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Agora eu só queria dizer...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – O que você disse? Eu peço à GCM que o retire do plenário. Pelo à GCM que o retire. Aqui não é casa da mãe Joana. Aqui é a Câmara Municipal. Você respeite este Parlamento.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Respeite este Parlamento. Eu fui eleito e você não. Eu represento os paulistanos. Eu represento os paulistanos, vagabundo não vai ficar no plenário, vagabundo não vai ficar no plenário. Fora daqui, fora daqui. Respeite esta Casa. Não vai falar palavrão aqui dentro; não vai falar palavrão aqui dentro.

Preto de verdade você não representa. Eu represento o preto de verdade, preto que tem educação, preto que sabe o seu lugar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Respeite esta Casa.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Eu vou repetir que eu não vou admitir palavras de baixo calão, seja de quem quer que for aqui dentro.

Está inscrita virtualmente a Márcia Fonseca Simões. Presencialmente está o Everton Felipe da Silva Ferreira, Educafro. Juliana Barbosa Ramalho, participante da EMEI Francisco Manuel da Silva, *on-line*. Rosana Barroso, Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

A SRA. ROSANA BARROSO - Boa noite, nobre Vereador e todos os presentes nesta audiência de hoje. Eu sou Rosana Barroso, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Estudantes de Cursinho Pré-Vestibular, Popular; e sonho em ser a primeira da minha família a entrar na universidade pública.

Diferente do Vereador, eu vou começar falando do Brasil e não dos Estados Unidos. Este é o nosso País, que sofre com o agravamento da desigualdade social, onde o arroz está custando 40 reais e onde a água e muitas famílias tiveram que escolher se lavavam a mão ou se tomavam banho no final da noite, porque o saneamento básico não é uma coisa democratizada ainda no nosso País, e, com o agravamento da desigualdade social, piorou; deste Brasil, que sofre com o agravamento da desigualdade social, onde o subemprego, o desemprego e a fome aumentam, no meio de uma pandemia, onde o Governo irresponsável

umenta para o lado de cá, para o lado das mulheres negras, para o lado dos homens negros, para o lado das favelas.

Queria falar deste Brasil que está há sete meses com muitos estudantes negros da periferia sem acessar a educação, tendo seu direito de acesso à educação garantida pela Constituição Federal violado, porque hoje nós não temos uma política de combate à exclusão digital, que garanta o acesso à educação para esse estudante.

Este Brasil que aqui está dividido em dois lados. Você olha para o lado daqui, você olha para o lado de cá, onde nós vemos a grande diferença, Vereador, as pessoas que você tem falado, e fica o nosso questionamento a quem você está servindo. É o nosso povo ou são pessoas que, como você, concordam que nós precisamos acabar com as quotas, mas porque não sofrem como nós? Por que não sofrem como a nossa pele? Por que não sofrem como nós, como você e eu, viemos da favela, como você e eu, somos LGBTQs, e fica a questão: Para quem você está servindo, para que serve o seu mandato? Tem servido para combater a exclusão digital para os estudantes negros que não estão estudando? Tem servido para combater a fome, às famílias negras que não têm arroz, que não têm gás? Tem servido para combater a desnutrição infantil às escolas, onde os estudantes negros, que só comiam, na escola, neste momento, passam fome? Porque Bolsonaro quer acabar com o auxílio emergencial. Quer dividir. A escola está fechada, porque o Estado, a maioria dos Estados, em especial São Paulo, não garante merenda. O seu mandato tem servido a quem? À juventude negra, ao seu povo ou tem sido para poder movimentar as pessoas que não sofrem como a gente e que concordam obviamente com o projeto de acabar com as quotas?

Para finalizar, Vereador, eu queria dizer que a nossa luta é real fora das redes sociais e que nós também temos outras coisas em comum: sou da favela, sou LGBTQ e eu também gosto muito de rap e de hip hop. Moro em São Paulo há quatro anos, mas sou do interior do Rio de Janeiro – acho que dá para perceber pelo sotaque. Eu cresci escutando Racionais e tem uma parte de uma música em que o Mano Brown fala o seguinte: “Eu vi um pretinho na favela, e seu caderno era um fuzil”.

Eu concordo que nós precisamos pensar num Brasil sem cota, gente. Eu concordo. Mas, para a gente pensar num Brasil sem cotas, nós precisamos pensar num Brasil que tire o fuzil da mão desse pretinho e coloque um caderno, num Brasil que dê educação de qualidade e que seu mandato colabore para a luta em defesa da educação de qualidade. Onde estava o seu mandato enquanto nós estamos lutando pelo combate da exclusão digital e pela garantia da educação? Eu também luto por um Brasil no qual nós possamos viver na igualdade e que não precisemos debater o fato de a juventude negra não acessar a educação.

Eu também concordo que nós precisamos debater um País no qual nós não precisemos de cotas, mas, para isso, Fernando, convido-o a construir com a gente a luta pela defesa de uma educação de qualidade, com o acesso de todos, uma luta na qual a juventude negra tenha acesso à educação e que não chegue o tráfico antes do Estado, antes da escola, uma luta em defesa das escolas, que estão com o teto caindo, onde falta papel higiênico e professor está sem receber, enquanto os estudantes estão morrendo de fome e têm que burlar o sistema do lfood para trabalhar aos 14 anos de idade, como eu, que comecei nessa idade trabalhando como camelô.

É um absurdo esse projeto de lei que quer acabar com todos os nossos sonhos, e somos contra. De todas as mulheres negras da minha família, eu quero ser a primeira que não tenha que ser empregada doméstica, eu quero fazer Biomedicina na Universidade Federal. E eu vou conquistar esse sonho de ser a primeira da família na universidade, porque, enquanto nós não conquistarmos um Brasil igual, justo, no qual todos tenham o mesmo acesso à educação, as cotas são necessárias, porque nenhum negro vai mais aceitar as portas das universidades federais fechadas para nós de novo. Nós entramos, queremos permanecer e queremos escancarar as portas tanto da universidade como dos concursos públicos, assim como a de todos os espaços onde nós merecemos e temos o direito de estar.

Fernando, venha construir com a gente a luta pelo seu povo. Olhe para cá e para lá. Quem o ouve, a quem você serve? Nós servimos a juventude negra que sonha em trabalhar, ter um emprego de qualidade e acesso à universidade pública.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – O próximo inscrito é o Palito Capoeira, do GT Capoeira Movimento Negro.

O SR. PALITO CAPOEIRA – Boa noite a todos e a todas. Mocoiú! Axé para quem é de axé! Eu sou o contramestre Palito e faço parte do Grupo de Capoeira Cativoiro, do Coletivo Mura Silé e do GT de Capoeira, que é um grupo de trabalho que luta por políticas públicas para a capoeira e para a cultura negra no Município de São Paulo.

Eu só queria lembrar que os brancos sempre tiveram cotas desde a chegada dos primeiros imigrantes no Brasil; tiveram cotas de cem por cento. Eu entendo que a cota é reparação, é o mínimo de reparação, e não tem que ser de 20%, mas de 50%, porque nós negros somos 56% da população. Segundo dados do IBGE, na periferia, 80% da população pobre são pretos e não têm acesso. Por isso, a cota é o mínimo que o Estado racista tem que dar de reparação para o nosso povo. A cota, portanto, é reparação, e é o mínimo que o Estado tem que nos dar.

No Município de São Paulo, as cotas são o fruto da luta do movimento negro. De todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, apenas três ou quatro são negros. Você vai à periferia e somos o quê? Oitenta por cento da população. Não estamos representados aqui.

Assistam ao programa eleitoral. Eu estou assistindo e acompanhando. Você vê minimamente os negros lá, minimamente. Então, isso mostra que tem de ter a cota porque a cota vai garantir que o negro vai ter a mesma oportunidade de igualdade. Esse é o mínimo que o Estado está dando de reparação. Então, sou a favor das cotas, sim. As cotas são uma reparação.

Entendo a revolta do nosso irmão que foi retirado daquele jeito. Eu trabalho em projeto social e sei como é a realidade dos nossos jovens. Nunca vou expulsar um jovem de um projeto social. Nunca vou expulsar porque o Estado já faz isso, quer isso. Pelo contrário, a capoeira, a cultura negra resgata esse jovem, ela resgata. Fico muito triste quando eu vejo um

irmão daquele sair daquele jeito daqui. Você é um cara preto, irmão, você é um cara preto. Você agiu ali como capitão-do-mato, irmão. Você o tirou. Você não podia ter feito isso. Você fez como o Estado. Não pode fazer isso, irmão. Foi um ataque ali.

Nos projetos sociais em que eu trabalho, eu pego criança com várias dificuldades sociais, mas eu nunca as expulsei. Nunca expulsei, pelo contrário, sempre segui para conversar. Você é o representante do povo, você foi democraticamente eleito e, assim, como é democraticamente, a gente tem de saber lidar com o povo e receber críticas.

As cotas para o negro são reparação. Cinquenta por cento de cota para o nosso povo. Axé.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado.

Então, para concluir a audiência, apenas vou dizer o seguinte: do que adianta você vir a uma audiência pública, se orgulhar de ter ensino superior, ser empresário, cotista, se você não sabe se portar dentro de uma instituição pública? Do que adianta você ser advogado, se dizer defensor da causa negra e na hora que você tem a oportunidade de representar as suas ideias, você age com baixo calão, com falta de educação, sem saber se portar? A imagem que isso passa, infelizmente, é de que aqueles que defendem as cotas, aqueles que estão nos movimentos de esquerda, infelizmente, só sabem apelar no debate, o que não é verdade, porque nós tivemos aqui diversas pessoas que participaram de forma absolutamente educada que me criticaram e eu ouvi do início ao fim. Mas palavrão dentro do plenário da Câmara Municipal, isso não. Isso é coisa de vagabundo, isso é coisa de marginal e marginal eu não vou tolerar nem com mandato nem se mandato.

O último inscrito é Diego Moraes, MBL São Paulo.

O SR. DIEGO MORAES – Boa noite a todos.

Eu ouvi o argumento dos irmãos, inclusive também represento a cultura afro-brasileira. Eu sou filho da Casa de Pai Kleber de Ogum, neto e Pai Toninho de Xangô. Faço um agradecimento a Casa, cumprimento Fernando Holiday e os Vereadores que estão online e presenciais.

Venho falar não por uma questão de desigualdade, mas pelo contrário, de igualdade. Frei David não fez presença na Casa, mas eu vim para debater não por uma questão de cor por que além de representar uma casa de axé, cultura afro, sou neto de negro e bisneto de índio. Sou morador da zona Norte, Brasilândia.

E, realmente, existe, sim, a desigualdade. Existe não somente desigualdade por questão de acesso às escolas, mas desigualdade como um todo, por causa não somente de nossa política, que não está sendo, em alguns casos, representada como deveria ser, mas também por alguns problemas estruturais. E eu vejo não só a luta do MBL, mas também de outras organizações e de nosso nobre Vereador Fernando Holiday, que tem feito alguns..., como foi o caso daquele cidadão, mas não só a revolta dele, mas como a revolta de muitas pessoas.

Eu, apesar de tudo, sou branco, mas tenho o meu cabelo como o de vocês, e nem por isso eu não me levanto às 4h todos os dias para pegar um trem lotado, um ônibus lotado para estar em meu trabalho, todos os dias, às 7h. No transporte público não tem isso, se você é negro, se você é branco. Somos todos iguais e, independente disso, o que temos de fazer é realmente lutar por políticas de igualdade, e não por políticas que simplesmente te separam, colocando negros de um lado e brancos de outro.

Só encerro a minha fala dizendo que eu agradeço a oportunidade. Talvez eu não tenha falado muita coisa, mas eu espero que lá em cima, o meu orixá, que é Xangô, faça justiça aqui para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Obrigado.

Eu pergunto se no *chat* temos alguém querendo falar. (Pausa)

Qual o nome? (Pausa) William Matede tem a palavra e vou considerar como último inscrito.

O SR. WILLIAM MATEDE – Obrigado.

Eu sou de Brasília. Meu nome é William Matede. Eu queria falar que todos têm o mesmo direito, não importa a cor, não importa se você é rico, se você é pobre. Nós temos de

melhorar, temos de favorecer todas as pessoas, não importa se são pretos, pobres, ricos, brancos. E temos de tirar a Lei das Cotas Raciais e colocar a Lei de Cotas Sociais. Temos de ver se a pessoa é pobre, se a pessoa passou por necessidades na escola, e temos de aproveitar as escolas que temos e melhorar a Educação, os Professores. E se a pessoa for entrar na faculdade, tem de ser pelo conhecimento, não pela cor dela. E melhorando a Educação Básica, a pessoa poderá ser uma boa profissional, poderá entrar em uma boa faculdade e terá uma boa profissão. Esta é a minha opinião. Acho que nós deveríamos, sim, ter cotas, mas cotas sociais e em um curto e médio prazos para em um longo prazo termos escolas realmente boas que possam competir com escolas privadas, escolas públicas boas que possam competir com escolas privadas. E, assim, essas pessoas estarão de igual para igual, sendo pobres, sendo pretas, sendo brancas, sendo de qualquer cor.

Obrigado. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Muito obrigado, William.

Não temos mais inscritos. Vou encerrar esta presente audiência pública apenas deixando uma mensagem final e repetindo, na verdade, que a minha tese central contra as cotas raciais não é baseada nos Estados Unidos, como alguns, aqui, disseram. É baseada em autores brasileiros, e alguns deles autores de Esquerda, como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Gilberto Freire, este já não tão de esquerda, porque nós somos um país miscigenado e um país miscigenado que sempre se deu tão bem com a diversidade não pode se dar ao luxo de, através do Estado, continuar a julgar as pessoas pela cor da pele. Por isso que eu citei tanto Martin Luther King, porque ele, sim, lutava verdadeiramente para que nós deixássemos de ser julgados pela cor dos nossos olhos, para sermos julgados pela verdadeira face de nosso caráter.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.